



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## Serviço de Protocolo Geral

Processo: 4944/2016 Projeto de Lei: 156/2016  
Data e Hora: 30/06/2016 17:46:09  
Procedência: Reinaldo Bolão

Regulamenta o transporte e credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual...

ANJ. 10.643/16 07.091

**VETO TOTAL**



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo: 4944/2016 Projeto de Lei: 156/2016  
Data e Hora: 30/06/2016 17:46:09  
Procedência: Reinaldo Bolão

Regulamenta o transporte e credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual...

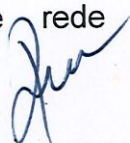
## PROJETO DE LEI

Regulamenta o transporte e credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros no Município de Vitória, conforme Lei Federal 12.287/2012; sobre dispositivos de segurança e controle da atividade; sobre penalidades e dá outras providências.

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** - Esta lei objetiva regulamentar o serviço de transporte individual privado de passageiros e o credenciamento de pessoas jurídicas (PRC) que operam e/ou administram aplicativos baseados em dispositivos de tecnologia móvel ou quaisquer outros sistemas georreferenciados destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros no Município, bem como sobre os dispositivos de segurança e controle da atividade e as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento, conforme instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana através da Lei Federal 12.587/2012

**Art. 2º** – Fica autorizada, na cidade de Vitória, a prestação do serviço de transporte individual privado por meio de provedor de rede de

pk 



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

compartilhamento, que será desenvolvido em caráter de livre concorrência, nos termos da presente lei.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	02	gb

**Parágrafo Único.** O compartilhamento de veículos será estimulado como meio de reduzir o número de veículos em circulação, bem como de estimular a situação socioeconômica do município com a oferta de um novo serviço e por consequência, da geração de renda direta e marginal.

**Art. 3º** Para todos os efeitos, esta lei adota os conceitos já delineados na Lei 12.587/2012, com os seguintes suplementos e acréscimos.

I – “Veículo”: meio de transporte motorizado ou não motorizado usado pelo motorista parceiro podendo ser próprio, arrendado, ou de alguma maneira autorizado pelo proprietário para ser usado;

II – “Motorista Parceiro”: empreendedor que disponibiliza a opção do compartilhamento, podendo ser de sua propriedade ou de outrem, através de locação de veículo por curto período de tempo, e o faz pelo viés de Provedor de Rede de Compartilhamento estruturado a partir de Rede Digital.

III – “Rede Digital”: qualquer plataforma tecnológica que pode ou não estar consubstanciada em aplicativo online, software, website ou outro sistema que possibilita o contato entre ofertante e demandante do compartilhamento.

IV – “Compartilhamento”: solicitações de pessoas físicas ou jurídicas demandantes de serviço de locação de bem automóvel com ou sem motorista por curto espaço de tempo através de uma Rede Digital e que disponibiliza Veículo para compartilhamento de viagens e/ou de meio de transporte quando conectado à Rede Digital.

V – “Provedor de Rede de Compartilhamento” ou “PRC”: empresa, organização ou grupo que, operando através de plataforma tecnológica, fornece conjunto de funcionalidades acessível por meio de terminal conectado à internet, que



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	03	gb

organiza e opera o contato entre ofertantes e demandantes de compartilhamento. O PRC não controla, gerencia ou administra Veículos ou Motoristas - Parceiros que se conectam a uma Rede Digital, exceto quando expressamente acordado por contrato escrito.

**Art. 4º.** Os PRCs não se qualificam como empresas prestadoras de serviço de transportes.

**§1º.** Os serviços prestados pelos motoristas – parceiros, não configuram serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros e nem serviço público de transporte individual de passageiros.

**§2º.** Sobre o serviço de transporte individual privado feito por meio de compartilhamento incidirá o Imposto Sobre Serviço – ISS, nos termos da legislação deste município.

## CAPÍTULO II DO CREDENCIAMENTO

**Art. 5º.** A operação de uma PRC a que se refere esta lei está condicionada ao prévio credenciamento do respectivo provedor/operador e/ou administrador junto ao Órgão Municipal competente para fiscalização de trânsito e transporte.

**§1º.** - O credenciamento de que trata o caput deste artigo aplica-se exclusivamente aos serviços de transporte individual remunerado de passageiros devidamente licenciados pelo Município de Vitória.

**§2º.** - Para fins de credenciamento, a pessoa jurídica interessada deverá firmar termo de declarações e obrigações relativas à prestação dos serviços e apresentar, sem prejuízo de outros exigidos em regulamento próprio editado pelo Órgão Municipal competente para fiscalização de trânsito e transporte, os seguintes documentos:

*Handwritten signature and initials.*



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

I - comprovante de inscrição no cadastro de contribuinte municipal pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

II - comprovantes de regularidade fiscal;

III – cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida com a observação de que o motorista - parceiro exerce atividade remunerada (EAR);

IV – comprovante de licenciamento dos veículos utilizados para prestação do serviço de transporte individual privado;

V – cópia da Apólice de seguro com cobertura para Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) com cobertura mínima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§3º. O documento informativo a que se refere o parágrafo anterior deverá ser renovado anualmente, contendo atualização das informações fornecidas.

§4º. Poderão os taxistas realizarem o cadastramento nos aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros no Município de Vitória, devendo esse cadastro e funcionamento do serviço ser regulamentado pelo órgão municipal competente para fiscalização de trânsito e transporte.

### CAPÍTULO III

#### DOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E CONTROLE DA ATIVIDADE

**Art. 6º.** As pessoas jurídicas, entendidas como PRC, credenciadas pelo Órgão Municipal competente ficam obrigadas a:

I – cadastrar e disponibilizar exclusivamente motoristas - parceiros e veículos devidamente licenciados junto aos Órgãos de Trânsito Municipal, Estadual e Federal;

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

II - disponibilizar, em Vitória, somente corridas iniciadas no Município;

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	05	qb

III - disponibilizar ao usuário a funcionalidade de avaliação do condutor e da prestação do serviço;

IV - registrar e manter, por 6 (seis) meses, todos os despachos com origem georreferenciada da corrida, data, hora, placa do veículo de atendimento, tipo do serviço e operador;

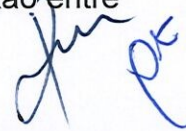
V - disponibilizar a base de dados operacionais gerada pelo aplicativo, comprometendo-se a atualizar e fornecer todas as informações solicitadas por esta.

**§1º.** A operação de uma PRC deve se fazer preceder do pagamento de uma taxa de licença anual a ser regulamentada pelo Poder Executivo. A gestão dos montantes arrecadados a título desta taxa anual ficará a cargo de autoridade a ser posteriormente determinada pela regulamentação desta Lei.

**Art. 7º.** Os PRC's credenciados ao Órgão Municipal competente deverão disponibilizar em seu *software* do aplicativo ou do *website* acessado pelos potenciais usuários, dispositivos de segurança e controle que possibilitem a identificação prévia dos motoristas – parceiros, o modelo do veículo e o número da placa de identificação, bem como os registros dos horários, locais e valores cobrados a cada serviço prestado.

**Art. 8º.** O preço e respectivos critérios de fixação de preço relativo à prestação do serviço de transporte individual deverão ser divulgados previamente ao usuário. O PRC também deve garantir que seja disponibilizada ao usuário a opção de receber uma estimativa de preço do trajeto a ser percorrido com antecedência à contratação.

**Art. 9º.** Dentro de um período de tempo justo, após a conclusão da relação de compartilhamento, um PRC, na qualidade de intermediador da conexão entre





# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ofertante e demandante do compartilhamento, deve garantir que um recibo eletrônico seja transmitido para o usuário que deverá descrever em detalhes:

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	06	gb

- I – as informações do motorista-parceiro;
- II – a origem e o destino da viagem;
- III – o tempo total e distância da viagem;
- IV – o mapa do trajeto percorrido conforme sistema GPS; e
- V – a especificação dos itens da tarifa total paga, se for o caso.

**Art. 10.** As solicitações e demandas de compartilhamento de veículos e de viagens deverão necessariamente ser realizadas através de uma Rede Digital e pelo viés de um Provedor de Rede de Compartilhamento registrado junto às Autoridades Públicas competentes.

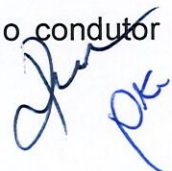
**Art. 11.** Diferentemente de prestadores de serviços de transporte individual público, motoristas – parceiros operando através de um PRC não deverão solicitar ou embarcar usuários diretamente nas vias públicas sem que estes tenham requisitado previamente o compartilhamento através de Rede Digital.

## CAPÍTULO IV

### DOS REQUISITOS PARA OS MOTORISTAS - PARCEIROS

**Art. 12.** São requisitos para a prática da atividade profissional dos motoristas - parceiros prevista nesta lei:

- I – carteira nacional de habilitação (CNH) para conduzir veículo automotor compatível com a categoria do veículo conduzido, respeitado o limite de capacidade de 07 (sete) passageiros, com a observação de que o condutor exerce atividade remunerada (EAR);





# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	07	gb

II - comprovante de licenciamento dos veículos utilizados para prestação do serviço de transporte individual privado;

III – ter seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) com cobertura mínima de R\$ 50.000,00;

IV – possuir bons antecedentes entendendo-se como bons antecedentes a inexistência de registro ou anotação criminal contra o motorista - parceiro;

V – cadastrar-se junto ao “cadastro de condutores” a ser regulamentado pelo Órgão Municipal competente para fiscalização de trânsito e transporte;

VI – pagar a taxa anual a título de taxa de cadastramento junto ao Órgão Municipal competente a ser definido em regulamentação.

**Parágrafo Único.** Para fins do disposto no artigo 12, IV, consideram-se antecedentes que incluam, independente de condenação judicial, crimes contra a vida, periclitção da vida e da saúde, crimes contra a liberdade pessoal, crimes contra a inviolabilidade do domicílio, furto, roubo e extorsão, dano e dano qualificado, apropriação indébita, estelionato, receptação, crimes contra a liberdade sexual, crimes sexuais contra vulneráveis, lenocídio e tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual, ultraje público ao pudor, crimes sexuais contra menores e de pedofilia, crimes contra o pátrio poder, crimes de perigo comum, crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte, crimes contra a saúde pública, falsidade ideológica, falsificação de documento particular, peculato, crimes contra a Administração da Justiça, crimes , de trânsito, porte de armas, tráfico de drogas, crime envolvendo danos materiais e/ou roubo, atos de violência ou atos de terrorismo.

## CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

**Art. 13.** - A utilização de aplicativos para captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	08	gb

em desacordo com o disposto nesta lei sujeitará as PRC's referidas no Art. 1º à aplicação de multa administrativa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo único - Em caso de reincidência, a multa prevista no caput deste artigo terá seu valor aplicado em dobro.

**Art. 14.** - O descumprimento das obrigações dispostas nos Art's. 11 e 12 desta lei sujeitará o motorista – parceiro infrator às sanções cabíveis e previstas em Lei.

**CAPÍTULO VI**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 15.** - O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 16.** - Esta lei entra em vigor após a data de sua publicação.

Vitória/ES, 29 de junho de 2016.

  
MAX DA MATA

Vereador – PDT

  
REINALDO BOLÃO

Vereador - PT



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	09	gb

**JUSTIFICATIVA**

É notório que o sistema de transporte público individual está em crise, e nestes momentos o Estado deve buscar medidas para viabilizar a condução dos cidadãos, visando assim satisfazer o interesse público.

Assim, visando buscar alternativas para essa crise e acima de tudo, com fundamento no princípio da ordem Constitucional dos valores sociais do trabalho, da livre concorrência e da livre iniciativa, esta proposição busca regulamentar o transporte privado individual de passageiros e da outras providências.

Para melhor compreensão dos nobres pares, ressalta-se uma recente modalidade de sistema cibernético de comunicação para transporte de passageiro, que é a conexão, aproximação e facilitação do sistema de transporte individual privado por meio de aplicativos de tecnologia (como Uber, Cabify, WillGo). Estes aplicativos são um exemplo de instrumento para operacionalizar o transporte privado individual de passageiros, assim considerado o transporte exercido em função de contrato celebrado entre motorista e usuário, em que não há vinculação de seu exercício a autorização, permissão ou concessão, na forma do artigo 730 do Código Civil e demais dispositivos da legislação civil aplicáveis à espécie.

Especificamente com relação à Uber, mesmo com poucos anos de existência, lançado em 2009, a empresa já opera em mais de 300 localidades mundo a fora. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília já contam com motoristas cadastrados no aplicativo.

Os protestos organizados pelo mundo parecem servir de mola propulsora para o crescimento. Em manifestações no primeiro semestre de 2015, em algumas cidades brasileiras, o Uber registrou aumento de cinco vezes na quantidade de cadastros em São Paulo e Brasília. No Rio e em Belo Horizonte, o número de registros triplicou, sendo que no último protesto realizado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 01/04/2016, o número de cadastros no aplicativo cresceu cerca de 700%.

pk

gb



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	10	gb

A ideia de aplicativos como o Uber é bem simples: ajudar quem precisa se locomover pela cidade a encontrar algum carro que a leve ao destino. Através do aplicativo, o usuário pode pedir um motorista particular. Toda a transação é feita pelo aplicativo, desde o cálculo de preço pelo trajeto percorrido, até o pagamento por cartão de crédito – que fica cadastrado no sistema da empresa. O motorista profissional que utiliza o Uber, não precisa circular com dinheiro, favorecendo a segurança no exercício da profissão.

Esta lei em nada colide com a lei federal nº 12.468/2011, que se refere ao transporte público individual, e não ao transporte privado individual previsto no artigo 3º, § 2º, I, “a”, II, “b”, III, “b”, da Lei Federal 12.587/2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, ressaltando que é do Município a competência para legislar sobre o interesse local, nos termos do art. 30, I da Constituição Federal. Nesse sentido, a Lei Federal nº 12.587/2012, acomete aos municípios, no inciso I do artigo 18, as atribuições de planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano.

Convém ressaltar, ainda, que não se trata de serviço aberto ao público, porque prestado segundo a autonomia da vontade do motorista, que tem a opção de aceitar ou não a prestação de serviço, de acordo com sua conveniência, porquanto regido conforme os princípios da livre iniciativa (art. 1º, IV, CF), da liberdade no exercício de trabalho (art. 5º, XIII, CF), da livre concorrência (art. 170, IV, CF) e do livre exercício da atividade econômica (art. 170, parágrafo único, CF). Outrossim, não se utiliza de veículo de aluguel mas de veículo particular.

A Cidade do México se transformou na primeira da América Latina a regulamentar o Uber e empresas do tipo. Em maio deste ano, as Filipinas foram o primeiro país a adotar uma regulamentação em nível federal. Na ocasião, o secretário de Transportes, Joseph Emilio Abaya, disse que o serviço de empresas como a Uber era necessário para preencher lacunas no transporte em massa na capital, Manila. Disse ainda que este tipo de serviço deveria ser encarado não como uma ameaça, mas como algo que vai incentivar a indústria de táxi a se modernizar e inovar.

pk

gb



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	11	qb

Nos Estados Unidos da América, mais de 50 jurisdições têm algum tipo de regulamentação para empresas como a Uber, que oferecem serviço de carona paga. Em Nova York calcula-se que haja 20 mil veículos ligados ao Uber.

A lei federal nº 12.587/2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, não definiu serviços de transporte privado individual. Quando esta define "transporte motorizado individual" não se refere a um serviço, mas apenas a um tipo de transporte. Ou seja, os serviços de transporte oferecidos de forma privativa não são, atualmente, regulados, e por sua vez, justamente por serem privados, não podem ser considerados ilícitos ou clandestinos uma vez ausente regulação específica. Vigê, nesse particular, o princípio da autonomia da vontade.

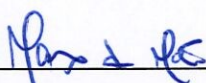
Em paralelo, a Lei Nacional de Mobilidade Urbana, ao deixar de fora o conceito de serviços de transporte privado particular, estabelece uma distinção entre estes e os serviços de transporte público individual (que não encontram definição em qualquer outra norma no ordenamento jurídico brasileiro).

Portanto, nota-se que iniciativas de transporte privado particular, com a utilização do aplicativo a exemplo do UBER ou similar, só tendem a cooperar para a melhoria no transporte dos cidadãos, tanto nas grandes metrópoles, quanto em locais onde o serviço de transporte público é precário, além de, maiormente, valorizar o princípio constitucional da livre iniciativa.

Diante desse quadro, a única medida proporcional e razoável que se impõe é o reconhecimento expresso deste tipo de prestação de serviço, bem como deixar claro sua distinção em relação à atividade exercida pelos taxistas, conferindo, ainda, que o mesmo seja disciplinado e fiscalizados pelo Poder Público competente, com base nos princípios e diretrizes constantes na Lei nº 12.587/2012.

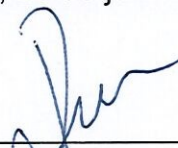
Diante do exposto, submeto esta proposição à análise e aprovação desta Casa Legislativa.

Vitória, 29 de junho de 2016.



MAX DA MATA

Vereador – PDT



REINALDO BOLÃO

Vereador - PT





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	12	gb

INCLUA-SE EM PAUTA PARA  
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em, 16/1/16

Presidente da Câmara

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em

PRESIDENTE DA CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	13	gb



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**REGIME DE URGÊNCIA**

Exmº. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vitória.

O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais, requer a V.Exª, após ouvido o douto Plenário, com base no que preceitua o art. 313 a 323 do Regimento Interno, Resolução nº 1919/14, seja incluído na Pauta da Ordem do Dia em **REGIME DE URGÊNCIA** o Projeto de 156/2016 contido no Processo protocolado nesta Casa sob o nº 4944/2016

*Manoel Pa*

*Reinholdo Bolos*

Palácio Atílio Vivácqua

*[Signature]*

(obs: Art. 135 - II  
1º - AUTONIA)



Reunião : 61ª Sessão Ordinária  
Data : 05/07/2016 - 18:43:43 às 18:44:34  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 15 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	14	gb

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	18:43:47
22	Devanir Ferreira	PRB	Abstenção	18:44:09
7	Fabício Gandini	PPS	Nao	18:43:48
8	Luisinho	PDT	Abstenção	18:44:04
18	Luiz Emanuel	PPS	Abstenção	18:44:15
19	Marcelão	PT	Sim	18:43:56
9	Max da Mata	PDT	Sim	18:43:53
10	Namy Chequer	PC do B	Não Votou	
11	Neuzinha	PSDB	Abstenção	18:44:00
12	Reinaldo Bolão	PT	Sim	18:43:46
23	Rogerinho	PHS	Nao	18:43:47
13	Sérgio Magalhães	PTB	Sim	18:44:03
21	Vinicius Simões	PPS	Nao	18:44:11
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	18:43:57
15	Zezito Maio	PMDB	Sim	18:44:03

Totais da Votação :

SIM  
7

NÃO  
3

ABSTENÇÃO  
4

TOTAL  
14

PRESIDENTE

SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



Processo 4944/2016 - P.L. 156/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	15	glo

**DEL**  
**PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA**  
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de

Em 06/07/2016

Presidente

Em, 06/07/16

O Vereador Rogério Pinheiro, Presidente da Comissão de Justiça, aprovou a matéria e emitiu o parecer pela "Inconstitucionalidade"



Matéria : C. Justiça - Projeto de Lei nº 156/2016

Reunião : 62º Sessão Ordinária  
Data : 06/07/2016 - 16:53:38 às 17:23:17  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 13 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	16	qo

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Nao	17:22:40
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	17:22:34
8	Luisinho	PDT	Nao	17:22:55
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	17:22:38
23	Rogerinho	PHS	Sim	17:22:33
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	17:22:38

Totais da Votação :

SIM 4 NÃO 2

TOTAL 6

PRESIDENTE

SECRETÁRIO



Vereador ★  
**Reinaldo Bolão**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	17	gb

## REQUERIMENTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

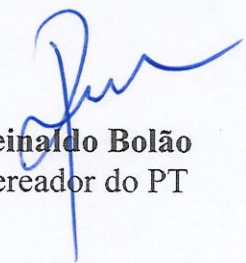
Ao

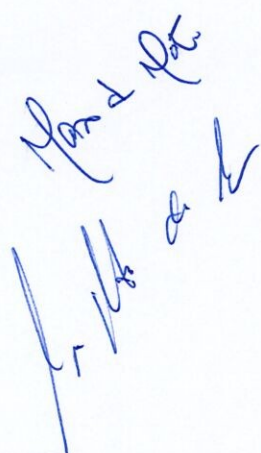
**Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vitória,**

Na forma do artigo 61, V, "b", do Regimento Interno desta Casa de Leis, o Vereador signatário, com o apoio de um terço dos membros da Câmara, vem à respeitável presença de Vossa Excelência requerer que o parecer pela INCONSTITUCIONALIDADE proferido pela Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, nos autos do processo nº 4944/2016, referente ao Projeto de Lei nº 156/2016, seja submetido à deliberação do Plenário.

Ed. Paulo Pereira Gomes, 06 de JULHO de 2016.

Atenciosamente,

  
**Reinaldo Bolão**  
Vereador do PT

  
Recebido pela mesa  
em sessão ordinária  
Realizada no dia 06/07  
(matéria em regime  
de urgência).



Reunião : 62º Sessão Ordinária  
Data : 06/07/2016 - 19:14:03 às 19:14:41  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 15 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	18	gb

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Nao	19:14:31
22	Devanir Ferreira	PRB	Abstenção	19:14:09
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	19:14:08
8	Luisinho	PDT	Nao	19:14:09
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	19:14:08
19	Marcelão	PT	Nao	19:14:20
9	Max da Mata	PDT	Nao	19:14:06
10	Namy Chequer	PC do B	Não Votou	
11	Neuzinha	PSDB	Nao	19:14:16
12	Reinaldo Bolão	PT	Nao	19:14:07
23	Rogerinho	PHS	Sim	19:14:07
13	Sérgio Magalhães	PTB	Nao	19:14:13
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	19:14:11
20	Wanderson Marinho	PSC	Nao	19:14:19
15	Zezito Maio	PMDB	Nao	19:14:10

Totais da Votação :

SIM  
4

NÃO  
9

ABSTENÇÃO  
1

TOTAL  
14

PRESIDENTE

SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	19	glo

Processo 4944 / 2016 - P.L 156 / 2016

**DEL**  
**PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA**  
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de

implantação de  
Urbanização

Em 06/07/2016

Presidente

Em, 06/07/16

O Vereador Rogerinho Pinheiro, designou o  
Vereador Marcelino que emiteu parecer pela  
Aprovação.



Reunião : 62º Sessão Ordinária  
Data : 06/07/2016 - 19:30:55 às 19:32:10  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum : Maioria Simples  
Total de Presentes : 15 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	20	gb

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
19	Marcelão	PT	Sim	19:31:53
9	Max da Mata	PDT	Sim	19:31:02
11	Neuzinha	PSDB	Sim	19:31:35
23	Rogerinho	PHS	Nao	19:32:03

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	3	1	4

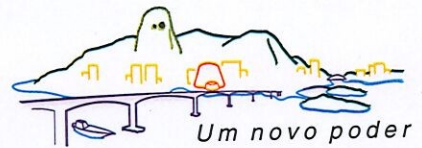
PRESIDENTE

SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



Processo 4944/2016

P.L. 156/2016

**DEL**  
**PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA**  
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de

*Ciência e Tecnologia*

Em 02/07/2006

*[Signature]*  
Presidente

Em, 06/07/16

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	21	gb



Reunião : 62º Sessão Ordinária  
 Data : 06/07/2016 - 19:32:30 às 19:33:34  
 Tipo : Nominal  
 Turno : Ata  
 Quorum :  
 Total de Presentes : 9 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	22	gb

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	19:33:17
8	Luisinho	PDT	Sim	19:33:19
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	19:33:06
12	Reinaldo Bolão	PT	Sim	19:33:07

Totais da Votação :  
 SIM 4 NÃO 0 TOTAL 4

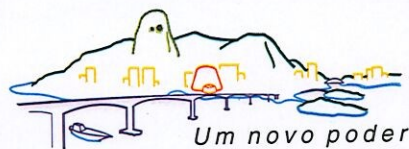
PRESIDENTE

SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



Processo 4944/2016

- P.L. 156/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	23	gb

**DEL**  
**PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA**  
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de

Em 06/07/2016

Presidente

De. do Consumidor  
e fiscalização  
etc. etc.

Em 1 06/07/16



Reunião : 62º Sessão Ordinária  
 Data : 06/07/2016 - 19:33:48 às 19:34:18  
 Tipo : Nominal  
 Turno : Ata  
 Quorum :  
 Total de Presentes : 8 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	24	do

N. Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	19:34:06
8	Luisinho	PDT	Sim	19:34:05
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	19:34:11
9	Max da Mata	PDT	Sim	19:33:56
12	Reinaldo Bolão	PT	Sim	19:33:53
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	19:34:11

Totais da Votação :

SIM 6 NÃO 0

TOTAL 6

PRESIDENTE

SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



Processo 4944/2016

- P.L. 556/16

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	25	gp

**DEL**  
**PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA**  
Aprovado Parecer Verbal da Comissão de

Em 06/07/2016

Simões

Marcelo  
Presidente

Em, 06/07/16

*[Large handwritten signature]*




Reunião : 62º Sessão Ordinária  
Data : 06/07/2016 - 19:34:38 às 19:35:25  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum : Maioria Simples  
Total de Presentes : 9 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	26	gb

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	19:35:16
22	Devanir Ferreira	PRB	Abstenção	19:35:09
9	Max da Mata	PDT	Sim	19:35:12

Totais da Votação :	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	TOTAL
	2	0	1	3

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	27	qb

**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA  
AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO

Em, 6 / 7 / 2016

\_\_\_\_\_  
Presidente da CMV

Ao Sr.(Sra.), Cleizeli  
Para extração do Autógrafo de Lei e  
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 07 / 07 / 2016

\_\_\_\_\_  
Diretor DEL

Sr. Diretor  
Providenciado a extração do autografo  
de Lei de que trata o presente processo  
nesta data.

Em, 12 / 07 / 16

\_\_\_\_\_  
DPA



Matéria : Projeto de Lei nº 156/2016  
Autoria : Reinaldo Bolão

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	28	qb

Reunião : 62º Sessão Ordinária  
Data : 06/07/2016 - 19:35:53 às 19:36:39  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata  
Quorum :  
Total de Presentes : 14 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	19:36:16
22	Devanir Ferreira	PRB	Abstenção	19:36:02
7	Fabício Gandini	PPS	Sim	19:36:00
8	Luisinho	PDT	Sim	19:36:05
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	19:36:03
19	Marcelão	PT	Sim	19:36:05
9	Max da Mata	PDT	Sim	19:36:04
10	Namy Chequer	PC do B	Não Votou	
11	Neuzinha	PSDB	Sim	19:36:02
12	Reinaldo Bolão	PT	Sim	19:35:58
23	Rogerinho	PHS	Nao	19:35:58
13	Sérgio Magalhães	PTB	Sim	19:35:58
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	19:36:00
20	Wanderson Marinho	PSC	Não Votou	
15	Zezito Maio	PMDB	Sim	19:35:58

Totais da Votação :

SIM  
11

NÃO  
1

ABSTENÇÃO  
1

TOTAL  
13

PRESIDENTE

SECRETÁRIO





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	29	glo

OF.PRE. AUT. Nº 091

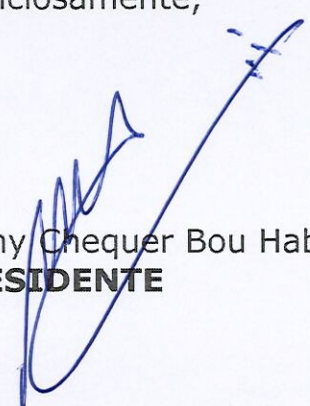
Vitória, 12 de julho de 2016.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a V. Exa. o **Autógrafo de Lei nº 10.643/2016**, referente ao **Projeto de Lei nº 156/2016**, de autoria do Vereador **Reinaldo Bolão**, aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 06 de julho de 2016.

Atenciosamente,

  
Namy Chequer Bou Habib Filho  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Proc. Nº 4944/2016 – CMV  
SM/Cvsp.

Processo: **4089446/2016** Prioridade: **EXPRESSA**  
Data: 12/07/2016 Hora: 18:12  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI

Documento: OFICIO - 091  
Destino: **SEGOV/SUB-RI**  
Volume: 01/01







Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	30	gb

**AUTÓGRAFO DE LEI N° 10.643**

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei n° 156/2016**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Regulamenta o transporte e credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros no Município de Vitória, conforme Lei Federal 12.287, de 03 de janeiro de 2012; sobre dispositivos de segurança e controle da atividade; sobre penalidades.

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** Esta Lei objetiva regulamentar o serviço de transporte individual privado de passageiros e o credenciamento de pessoas jurídicas (PRC) que operam e/ou administram aplicativos baseados em dispositivos de tecnologia móvel ou quaisquer outros sistemas georreferenciados destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros no Município, bem como sobre os dispositivos de segurança e controle da atividade e as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento, conforme instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana através da Lei Federal 12.587, de 03 de janeiro de 2012.

**Art. 2º.** Fica autorizada, na cidade de Vitória, a prestação do serviço de transporte individual privado por meio de provedor de rede de compartilhamento, que será desenvolvido em caráter de livre concorrência, nos termos da presente Lei.

Parágrafo único. O compartilhamento de veículos será estimulado como meio de reduzir o número de





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	31	gb

veículos em circulação, bem como de estimular a situação socioeconômica do município com a oferta de um novo serviço e por consequência, da geração de renda direta e marginal.

**Art. 3º.** Para todos os efeitos, esta Lei adota os conceitos já delineados na Lei 12.587, de 03 de janeiro de 2012, com os seguintes suplementos e acréscimos:

**I - "Veículo":** meio de transporte motorizado ou não motorizado usado pelo motorista parceiro podendo ser próprio, arrendado, ou de alguma maneira autorizado pelo proprietário para ser usado;

**II - "Motorista Parceiro":** empreendedor que disponibiliza a opção do compartilhamento, podendo ser de sua propriedade ou de outrem, através de locação de veículo por curto período de tempo, e o faz pelo viés de Provedor de Rede de Compartilhamento estruturado a partir de Rede Digital;

**III - "Rede Digital":** qualquer plataforma tecnológica que pode ou não estar consubstanciada em aplicativo online, software, website ou outro sistema que possibilita o contato entre ofertante e demandante do compartilhamento;

**IV - "Compartilhamento":** solicitações de pessoas físicas ou jurídicas demandantes de serviço de locação de bem automóvel com ou sem motorista por curto espaço de tempo através de uma Rede Digital e que disponibiliza Veículo para compartilhamento de viagens e/ou de meio de transporte quando conectado à Rede Digital;

**V - "Provedor de Rede de Compartilhamento" ou "PRC":** empresa, organização ou grupo que, operando através de plataforma tecnológica, fornece conjunto de funcionalidades acessível por meio de terminal conectado à internet, que organiza e opera o contato entre ofertantes e demandantes de compartilhamento. O PRC não controla, gerencia ou administra Veículos ou Motoristas - Parceiros que se conectam a uma Rede Digital, exceto quando expressamente acordado por contrato escrito.





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	32	gb

**Art. 4º.** Os PRCs não se qualificam como empresas prestadoras de serviço de transporte.

§ 1º. Os serviços prestados pelos motoristas - parceiros, não configuram serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros e nem serviço público de transporte individual de passageiros.

§ 2º. Sobre o serviço de transporte individual privado feito por meio de compartilhamento incidirá o Imposto Sobre Serviço - ISS, nos termos da legislação deste município.

## CAPÍTULO II

### DO CREDENCIAMENTO

**Art. 5º.** A operação de uma PRC a que se refere esta Lei está condicionada ao prévio credenciamento do respectivo provedor/operador e/ou administrador junto ao Órgão Municipal competente para fiscalização de trânsito e transporte.

§ 1º. O credenciamento de que trata o caput deste artigo aplica-se exclusivamente aos serviços de transporte individual remunerado de passageiros devidamente licenciados pelo Município de Vitória.

§ 2º. Para fins de credenciamento, a pessoa jurídica interessada deverá firmar termo de declarações e obrigações relativas à prestação dos serviços e apresentar, sem prejuízo de outros exigidos em regulamento próprio editado pelo Órgão Municipal competente para fiscalização de trânsito e transporte, os seguintes documentos:

**I** - comprovante de inscrição no cadastro de contribuinte municipal pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**II** - comprovantes de regularidade fiscal;





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	33	gb

**III** - cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida com a observação de que o motorista - parceiro exerce atividade remunerada (EAR);

**IV** - comprovante de licenciamento dos veículos utilizados para prestação do serviço de transporte individual privado;

**V** - cópia da Apólice de seguro com cobertura para Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) com cobertura mínima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 3º. O documento informativo a que se refere o parágrafo anterior deverá ser renovado anualmente, contendo atualização das informações fornecidas.

§ 4º. Poderão os taxistas realizarem o cadastramento nos aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros no Município de Vitória, devendo esse cadastro e funcionamento do serviço ser regulamentado pelo Órgão Municipal competente para fiscalização de trânsito e transporte.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA E CONTROLE DA ATIVIDADE**

**Art. 6º.** As pessoas jurídicas, entendidas como PRC, credenciadas pelo Órgão Municipal competente ficam obrigadas a:

**I** - cadastrar e disponibilizar exclusivamente motoristas - parceiros e veículos devidamente licenciados junto aos Órgãos de Trânsito Municipal, Estadual e Federal;

**II** - disponibilizar, em Vitória, somente iniciadas no Município;





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	34	gb

**III** - disponibilizar ao usuário a funcionalidade de avaliação do condutor e da prestação do serviço;

**IV** - registrar e manter, por 06 (seis) meses, todos os despachos com origem georreferenciada da corrida, data, hora, placa do veículo de atendimento, tipo do serviço e operador;

**V** - disponibilizar a base e dados operacionais gerada pelo aplicativo, comprometendo-se a atualizar e fornecer todas as informações solicitadas por esta.

§ 1º. A operação de uma PRC deve se fazer proceder do pagamento de uma taxa de licença anual a ser regulamentada pelo Poder Executivo. A gestão dos montantes arrecadados a título desta taxa anual ficará a cargo de autoridade a ser posteriormente determinada pela regulamentação desta Lei.

**Art. 7º.** Os PRC's credenciados ao Órgão Municipal competente deverão disponibilizar em seu software do aplicativo ou do website acessado pelos potenciais usuários, dispositivos de segurança e controle que possibilitem a identificação prévia dos motoristas - parceiros, o modelo do veículo e o número da placa de identificação, bem como os registros dos horários, locais e valores cobrados a cada serviço prestado.

**Art. 8º.** O preço e respectivos critérios de fixação de preço relativo à prestação do serviço de transporte individual deverão ser divulgados previamente ao usuário. O PRC também deve garantir que seja disponibilizada ao usuário a opção de receber uma estimativa de preço do trajeto a ser percorrido com antecedência à contratação.

**Art. 9º.** Dentro de um período de tempo justo, após a conclusão da relação de compartilhamento, um PRC, na qualidade de intermediador da conexão entre ofertante e demandante do compartilhamento, deve garantir que um recibo eletrônico seja transmitido para o usuário que deverá descrever em detalhes:





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	35	dp

- I - as informações do motorista-parceiro;
- II - a origem e o destino da viagem;
- III - o tempo total e distância da viagem;
- IV - o mapa do trajeto percorrido conforme sistema GPS;
- V - a especificação dos itens da tarifa total paga, se for o caso.

**Art. 10.** As solicitações e demandas de compartilhamento de veículos e de viagens deverão necessariamente ser realizadas através de uma Rede Digital e pelo viés de um Provedor de Rede de Compartilhamento registrado junto às Autoridades Públicas competentes.

**Art. 11.** Diferentemente de prestadores de serviços de transporte individual público, motoristas-parceiros operando através de um PRC não deverão solicitar ou embarcar usuários diretamente nas vias públicas sem que estes tenham requisitado previamente o compartilhamento através de Rede Digital.

#### CAPÍTULO IV

#### DOS REQUISITOS PARA OS MOTORISTAS - PARCEIROS

**Art. 12.** São requisitos para a prática da atividade profissional dos motoristas-parceiros prevista nesta Lei:

- I - carteira nacional de habilitação (CNH) para conduzir veículo automotor compatível com a categoria do veículo conduzido, respeitado o limite de capacidade de 07 (sete) passageiros, com a observação de que o condutor exerce atividade remunerada (EAR);





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	36	gb

**II** - comprovante de licenciamento dos veículos utilizados para prestação do serviço de transporte individual privado;

**III** - ter seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) com cobertura mínima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

**IV** - possuir bons antecedentes entendendo-se como bons antecedentes a inexistência de registro ou anotação criminal contra o motorista - parceiro;

**V** - cadastrar-se junto ao "cadastro de condutores" a ser regulamentado pelo Órgão Municipal competente para fiscalização de trânsito e transporte;

**VI** - pagar a taxa anual a título de taxa de cadastramento junto ao Órgão Municipal competente a ser definido em regulamentação.

Parágrafo único. Para fins do disposto no Art. 12, IV, consideram-se antecedentes que incluam, independente de condenação judicial, crimes contra a vida, periclitacão da vida e da saúde, crimes contra a liberdade pessoal, crimes contra a inviolabilidade do domicílio, furto, roubo e extorsão, dano e dano qualificado, apropriação indébita, estelionato, receptação, crimes contra a liberdade sexual, crimes sexuais contra vulneráveis, lenocídio e tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual, ultraje público ao pudor, crimes sexuais contra menores e de pedofilia, crimes contra o pátrio poder, crimes de perigo comum, crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte, crimes contra a saúde pública, falsidade ideológica, falsificação de documento particular, peculato, crimes contra a Administração da Justiça, crimes de trânsito, porte de armas, tráfico de drogas, crime envolvendo danos materiais e/ou roubo, atos de violência ou atos de terrorismo.

**CAPÍTULO V**

**DAS PENALIDADES**





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	37	gb

**Art. 13.** A utilização de aplicativos para captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros em desacordo com o disposto nesta Lei sujeitará as PRC's referidas no Art. 1º a aplicação de multa administrativa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa prevista no caput deste artigo terá seu valor aplicado em dobro.

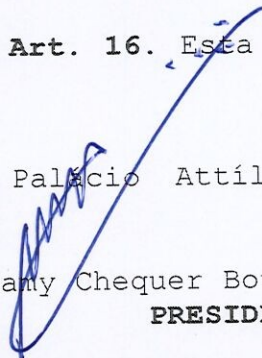
**Art. 14.** O descumprimento das obrigações dispostas nos artigos 11 e 12 desta Lei sujeitará o motorista - parceiro infrator às sanções cabíveis e previstas em Lei.

**CAPÍTULO IV**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 15.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

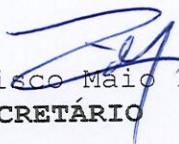
**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor após a data da sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 12 de julho de 2016.

  
Nany Chequer Bou Habib Filho  
**PRESIDENTE**

Davi Esmael Menezes de Almeida  
**1º SECRETÁRIO**

  
Neuza de Oliveira  
**2º SECRETÁRIO**

  
José Francisco Maio Filho  
**3º SECRETÁRIO**





Câmara Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Departamento Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rúbrica
4944	38	A

Sr. Diretor,  
Encaminhamento para Expediente Externo  
O Veto TOTAL referente ao  
Autógrafo de Lei nº 10.643/2016  
em anexo. Em, 02 / 08 / 2016

Funcionário

INCLUIDO NO EXPEDIENTE EXTERNO  
Em, 02 / 08 / 2016

Diretor/DEL

Ao DEL,  
Para providenciar os demais encaminhamentos  
Regimentais relativos ao presente processo.  
Em, 02 / 08 / 2016

Presidente

Ao Serviço de Apoio às Comissões, para  
encaminhar a Comissão de Justiça afim  
de apreciar o VETO TOTAL  
Em, 02 / 08 / 2016

Diretor do DEL



Swlivan Manola  
Diretor do Depto. Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	39	4

SEGOV/378

Vitória, 27 de julho de 2016

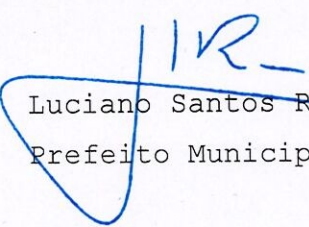
Senhor Presidente:

Encaminhado por meio do Ofício nº 091/16, dessa Presidência, cientifiquei-me do Autógrafo de Lei nº 10.643/16, originário do Projeto de Lei nº 156/16, de autoria do então Vereador Reinaldo Matiazzi, que regulamenta o transporte e credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros no Município de Vitória, conforme Lei Federal 12.287, de 03 de janeiro de 2012, sobre dispositivos de segurança e controle da atividade, sobre penalidades.

Em conformidade com o Parecer nº 992/16, da Procuradoria Geral do Município, veto a matéria em sua totalidade, usando da competência que me é delegada no inciso IV do Art. 113 e na forma do que dispõe o § 2º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória.

Renovando meus protestos de consideração para com os postulantes dessa Egrégia Casa de Leis, espero o apoio para manutenção do veto apostado.

Atenciosamente,

  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal

Processo: 0/2016

Tipo: Documento: 811/2016

Área do Processo: Administrativa

Data e Hora: 01/08/2016 16:38:55

Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória

Assunto: Encaminhando veto total ao Projeto de Lei nº 156/16, de autoria do vereador Reinaldo bolão.

Exmo.Sr.

Vereador Namy Chequer Bou Habib Filho

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc.4089446/16 - PMV

4944/16 - CMV





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	40	d

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PARECER Nº** 992/2016

**Processo nº: 4089446/2016**

**Requerente: Câmara Municipal de Vitória**

**Secretaria Consulente: SEGOV**

**Assunto: Autógrafo de Lei.**

**À SEGOV/SUB-RI,**

**Sr. Subsecretário,**

**RELATÓRIO**

Os autos vieram a esta Procuradoria para análise e manifestação jurídica em face do AUTÓGRAFO DE LEI Nº 10.643, referente ao Projeto de Lei nº 156/2016, de autoria do Vereador Reinaldo Bolão, aprovado em sessão realizada no dia 06 de julho de 2016, constante de fls. 02, cuja ementa é a seguinte: "Regulamenta o transporte e credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos destinados a captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual de passageiros no município de vitória, conforme lei federal 12.287. de 03 de janeiro de 2012, sobre dispositivos de segurança e controle da atividade; sobre penalidades."

É o breve relatório.

**FUNDAMENTAÇÃO e CONCLUSÃO**



Trata-se de proposta legislativa que visa regulamentar o transporte e credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos destinados a captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual de passageiros no município de vitória, conforme lei federal 12.287. de 03 de janeiro de 2012, sobre dispositivos de segurança e controle da atividade e sobre penalidades.

Entretanto, a proposta é oriunda de membro do Poder Legislativo e versa sobre matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo e cria despesas.

A proposta apresentada ao regulamentar o serviço de transporte individual privado de passageiros determina que o município efetue o credenciamento de pessoas jurídicas que operem e/ou administrem aplicativos baseados em tecnologia móvel de intermediação de passageiros, criando diversas obrigações para a Secretaria Municipal de transito, interferindo diretamente na administração municipal, o que não se admite.

O art. 113 Incisos I e V alínea "a" da LOMV dispõe acerca da competência privativa do prefeito municipal exercer a direção superior da administração municipal, dispondo mediante decreto acerca de sua organização e funcionamento.

Acerca da inconstitucionalidade contida no Autógrafo de Lei, vejamos a título ilustrativo o seguinte aresto:

"Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre matéria financeira; criem cargos, funções ou empregos; fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens de servidores, ou disponham sobre o seu regime funcional; criem ou aumentem despesas, ou reduzam a receita municipal. Se a Câmara, desatendendo à privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais. [...] A exclusividade de iniciativa de certas leis destina-se a circunscrever (não a anular) a discussão e votação do projeto à matérias propostas pelo Executivo. [...]" (Hely Lopes Meirelles, in Direito Municipal Brasileiro. 6ª ed., Malheiros, 1993, p. 541 e 542). É precisamente o que sucede no caso dos autos, dado cuidar-se de lei de gênese parlamentar que, de modo írrito, inconstitucional (arts. 32; 50, § 2º, VI; 71, IV, a, e 123, inc. I, da CE), instituiu atribuições e criou despesas para o Poder Executivo (concessão de bolsas de estudo ou ajuda de custo a atletas do Município que se destacarem em competições estaduais ou nacionais). (TJ-SC – ADI 20120737805 SC, Relator: João Henrique Blasi. Julgado em 03/09/2013, Órgão Especial, data de publicação: 16/09/2013)."



Sobre tal espécie de inconstitucionalidade, releva trazer à colação o ensinamento de

José Afonso da Silva :

"O Prefeito é o chefe da Administração local, integrando as suas atribuições, dentre outras, a função organizatória, que "se reveste de características essencialmente política, no sentido alto de aparelhamento dos meios necessários à consecução dos fins coletivos, sendo, por isso, em suas diretrizes básicas, de natureza executiva" (cf. José Afonso da Silva, em "O Prefeito e o Município", Fundação Prefeito Faria Lima, 2º ed., pp 134/143).

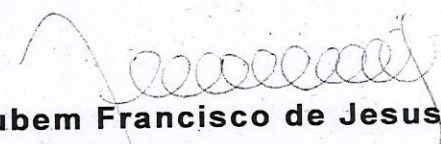
A proposta de lei em tela não pode ser originada no Poder Legislativo, por constituir atribuição exclusiva do Chefe do Executivo. Com a invasão de competência o ato normativo apresenta vício de inconstitucionalidade formal.

**Registramos que o Poder Executivo, no uso de suas atribuições, após minucioso estudo efetuado pela área competente, já normatizou a matéria por meio de Decreto, de forma bastante diferente do que se propõe, tendo sido computado as necessidades da administração e os meios que dispõe para executá-lo.**

Isto posto, concluímos que o autógrafo de lei possui vício de iniciativa por adentrar nas atribuições exclusivas do Poder Executivo, devendo ser integralmente vetado na forma do Art. 83 § 2º da LOMV.

É o parecer.

Vitória-ES, 25 de julho de 2016.

  
**Rubem Francisco de Jesus**  
**Procurador Geral**





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4944	43	9


**COMISSÃO DE JUSTIÇA**

Ao Sr Vereador.....*Simões*.....

.....para relatar

Em 17 / 08 / 2016

Presidente

 **Rogerinho Pinheiro**  
Vereador - PHS  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões até

01 / 09 / 16 *Art. 77, V do RI.*

Secretaria do S.A.C.



**Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação**

**PROCESSO:** 4944/2016

**PROJETO DE LEI:** 156/2016

**AUTOR:** Reinaldo Bolão.

**EMENTA:** *“Regulamenta o transporte e credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiro no Município de Vitória, conforme Lei de Federal 12.287/2012, sobre dispositivo de segurança e controle da atividade, sobre penalidades e dá outras providências”.*

**I-RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em questão tem por intento regulamentar e dispor sobre o credenciamento de pessoas jurídicas que operem e ou administram aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte de passageiros.

Verifica-se da justificativa que o argumento para sua proposição encontra-se no fato de tal serviço cooperar para melhoria no transporte dos cidadãos.

Destarte, seguindo sua regular tramitação, o presente projeto passou pelas Comissões que lhes são pertinentes, seguindo para apreciação, oportunidade em que foi submetida ao plenário e, em seguida, aprovado pelos parlamentares presentes. Contudo, quando do seu encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo, a matéria foi inteiramente rejeitada por este, oportunidade na qual opinou pelo veto da matéria.

Diante disso, o projeto retornou a esta Comissão para elaboração de novo parecer, é o que passa a expor.



**Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação**

**II-PARECER**

Em detida análise ao projeto de lei em tela e, sob estrita observância às suas prerrogativas regimentais, especialmente aquelas atinentes ao inciso I do artigo 61, da Resolução de nº 1919/2014, a qual estabelece que compete à Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação apreciar matéria acerca da Constitucionalidade e Legalidade, esta Comissão entende o seguinte:

Em que pese o inquestionável nobre intento da iniciativa, este vereador, revendo o parecer por ele emitido quando da votação em plenário da matéria em apreço que pretende, sob a luz da lei federal de mobilidade urbana instituir normas para o credenciamento de pessoas jurídicas que operem ou administrem aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros, fato é que a matéria não cabe ao poder legislativo dispor a respeito do tema.

Diz-se isso porque a matéria impõe ações aos órgãos da prefeitura municipal, o que compete exclusivamente ao Chefe do Executivo, inteligência do inciso IV do art. 113 da Lei Orgânica desta Cidade.

Desta forma, por ser atribuição do Poder Executivo a matéria em análise apresenta flagrante vício de iniciativa, de modo que, revendo o parecer outrora emitido por este Relator, é que se entende pela inviabilidade da proposição consoante fundamento constante às fls. 39,40,41 e 42, anexadas ao projetos de lei, consignando-se, ainda, que o Chefe do executivo já elaborou um decreto (decreto municipal de nº 16.770/2016) que regulamenta a atividade de que trata o projeto em comento.



**Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação**

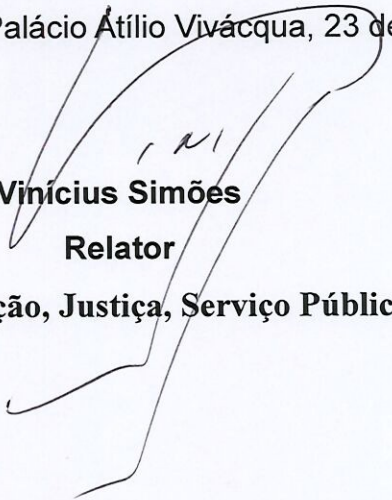
Sobre o tema, eis o entendimento da jurisprudência:

**DIREITO CONSTITUCIONAL – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL, CRIADA POR INICIATIVA PARLAMENTAR, PARA DISCIPLINAR O SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, COM PREVISÃO DE DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO À INICIATIVA PRIVADA - VÍCIO DE**

**INICIATIVA - EXISTÊNCIA -INCONSTITUCIONALIDADE VERIFICADA - É**  
*inconstitucional a Lei Municipal de Itapecerica da Serra n. 2.219, de 20 de outubro de 2011, que estabelece disciplina ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, por defeito de iniciativa – Vício formal que consubstancia violação ao princípio da independência e harmonia dos poderes – CE, art. 24, § 2o, 2 – Violação dos arts. 2o e W-T§ 1> II,b, da Constituição Federal, aplicáveis aos Municípios por força do princípio da simetria e “ex vi” dos arts. 5o, 25 e 7, XVIII/Constituição Estadual – Ação procedente.(TJ-SP - ADI: 179873520128260000 SP 0017987-35.2012.8.26.0000, Relator: Xavier de Aquino, Data de Julgamento: 13/06/2012, Órgão Especial, Data de Publicação: 27/06/2012)(grifo nosso)*

Diante disso, por se atribuir ações à secretaria municipal, especialmente a de transporte, é que se entende pela **MANUTENÇÃO DO VETO** da proposição de lei.

Palácio Atilio Vivacqua, 23 de Setembro de 2016.

  
**Vinícius Simões**  
**Relator**

**Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação.**



Reunião :

Comissão de Justiça

Data :

20/10/2016 - 15:17:18 às 15:18:34

Tipo :

Nominal

Turno :

Veto

Quorum :

Total de Presentes : 3 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Sim	15:18:16
22	Devanir Ferreira	PRB	Nao	15:18:16
7	Fabricao Gandini	PPS	Sim	15:18:23

Totais da Votação :

SIM  
2

NÃO  
1

TOTAL  
3

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4944	47	4





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		BRICA
PROCESSO	FOLHA	
4944	48	13

Ao Sr. (a): Galvêa Binda  
providenciar a extração do avulso.

*[Handwritten signature]*

S.A.C em 23/10/16

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 21/10/16

Galvêa Binda  
ASSINATURA





**Câmara Municipal de Vitória**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
4944	49	gb

**305/2016**

<b>PROCESSO</b>	4944/2016.
<b>PROJETO DE LEI</b>	156/2016.
<b>EMENTA</b>	Regulamenta o transporte e credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual.
<b>INICIATIVA</b>	Reinaldo Bolão.
<b>PARECER</b>	Comissão de Constituição e Justiça – Pela Manutenção do Veto Total.







Matéria : Veto Total ao Projeto de Lei nº 156/2016  
Autoria : Reinaldo Bolão

Reunião : 115º Sessão Ordinária  
Data : 17/11/2016 - 17:53:35 às 17:54:43  
Tipo : Nominal  
Turno : Ata

Quorum :

Total de Presentes : 14 Parlamentares

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4044	51	

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
17	Davi Esmael	PSB	Abstenção	17:54:26
22	Devanir Ferreira	PRB	Sim	17:54:30
7	Fabrizio Gandini	PPS	Sim	17:54:02
8	Luisinho	PDT	Sim	17:54:11
18	Luiz Emanuel	PPS	Sim	17:53:41
19	Marcelão	PT	Nao	17:53:53
9	Max da Mata	PDT	Não Votou	
10	Namy Chequer	PC do B	Sim	17:53:47
11	Neuzinha	PSDB	Nao	17:54:10
12	Reinaldo Bolão	PT	Nao	17:53:40
23	Rogerinho	PHS	Sim	17:53:47
13	Sérgio Magalhães	PTB	Nao	17:53:40
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	17:53:51
20	Wanderson Marinho	PSC	Sim	17:54:07
15	Zezeito Maio	PMDB	Nao	17:54:39

Totais da Votação :

SIM  
8

NÃO  
5

ABSTENÇÃO  
1

TOTAL  
14

PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4944	52	

OF.PRE.VT. Nº 095

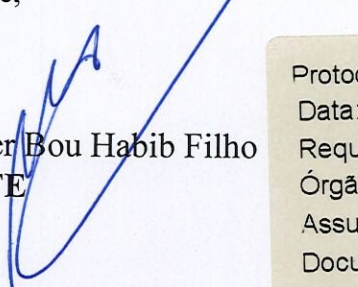
Vitória, 22 de novembro de 2016.

Assunto: **Comunicação.**

Senhor Prefeito,

Comunico que a Câmara, em sessão realizada no dia 17 de novembro do corrente exercício, *manteve o veto parcial* apostado por V.Exa. ao **Projeto de Lei nº 156/2016**, de autoria do Vereador **Reinaldo Bolão**, referente ao **Autógrafo de Lei nº 10.643/2016**.

Atenciosamente,

  
Namy Chequer Bou Habib Filho  
**PRESIDENTE**

Exmo. Sr.  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal de Vitória  
NESTA

Protocolado: **29442/2016** **JUNTADA**  
Data: 23/11/2016 Hora: 17:41  
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL  
Órgão Destino: **SEMAD/GAL/CPA/EPG**  
Assunto: MANTEVE O VETO PARCIAL AO PROJ  
Documento: OFICIO  
Número Documento: 95/2016



Obs: Max.5 andamentos. Prazo de arquivo 2 anos, após eliminar.

Proc. nº 4944/2016 - CMV  
Proc. nº 4089446/16 - PMV  
SM/CVSP.